

DIAGNÓSTICO DA GESTÃO URBANA E SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO PIAUÍ

DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/congea.14.23.IV-005>

Erik Venancio Jesus dos Santos, Ester Lopes de Araújo, Juliana Soares de Oliveira, Thailane Borges Folha, Marcília Martins da Silva

*Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Corrente. E-mail: rentamorebr@gmail.com

RESUMO

A gestão urbana e a saúde pública em uma cidade estão intimamente relacionadas. A gestão urbana abrange o planejamento e a organização dos espaços urbanos, incluindo vários fatores como a infraestrutura, transporte, habitação e entre outros aspectos. A saúde pública, por sua vez está relacionada à promoção e proteção da saúde da população, incluindo prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis. Diante disso, uma boa gestão pode contribuir para melhoria da saúde pública, ao garantir um ambiente seguro e saudável para a população. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo fazer o diagnóstico da gestão urbana e saúde pública no município de Monte Alegre do Piauí. Com base no diagnóstico, observou-se a falta de notificação de doenças e sintomas por parte da população, dificultando a identificação e o monitoramento precoces de casos de saúde preocupantes.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Urbana, Saúde Pública, Levantamento de Dados, Secretaria.

INTRODUÇÃO

A gestão urbana e a saúde pública são aspectos fundamentais para o desenvolvimento sustentável de um município, impactando diretamente a qualidade de vida de sua população. Sabe-se que ambas estão interligadas e trazem uma série de benefícios para um município.

Uma gestão urbana eficiente colabora para o planejamento e ordenamento do espaço urbano, garantindo o desenvolvimento sustentável, a oferta de uma estrutura adequada, a preservação do meio ambiente e a promoção da mobilidade e acessibilidade urbana. Além disso, cabe ressaltar que uma gestão urbana bem estruturada contribui para a qualidade de vida da população, por meio de serviços públicos essenciais como por exemplo o saneamento básico, transporte público, habitação, áreas verdes, abastecimento de água e energia.

Esses serviços influenciam diretamente na saúde pública, considerando-se que a falta de acesso a eles pode acarretar em problemas de saúde, como contaminação da água e do ar, doenças infectocontagiosas, etc.

A saúde pública abrange um conjunto de ações voltadas para a prevenção, promoção, recuperação e tratamento da saúde da população, visando assim a redução de doenças e o aumento da qualidade de vida. A gestão eficiente dessa área implica na disponibilidade e acesso equitativo a serviços da saúde, capacidade de resposta a emergências, infraestrutura adequada, políticas de promoção da saúde, entre outros aspectos.

Dessa forma, o bom diagnóstico da saúde pública e da gestão urbana possibilita identificar lacunas, problemas e carências nessas áreas, buscando melhorias e soluções que impactem diretamente a vida dos municípios. Isso resulta em uma cidade com maior eficiência na oferta de serviços públicos, na prevenção de doenças, na promoção da saúde, na qualidade de vida de cada indivíduo, além de mais humanizada.

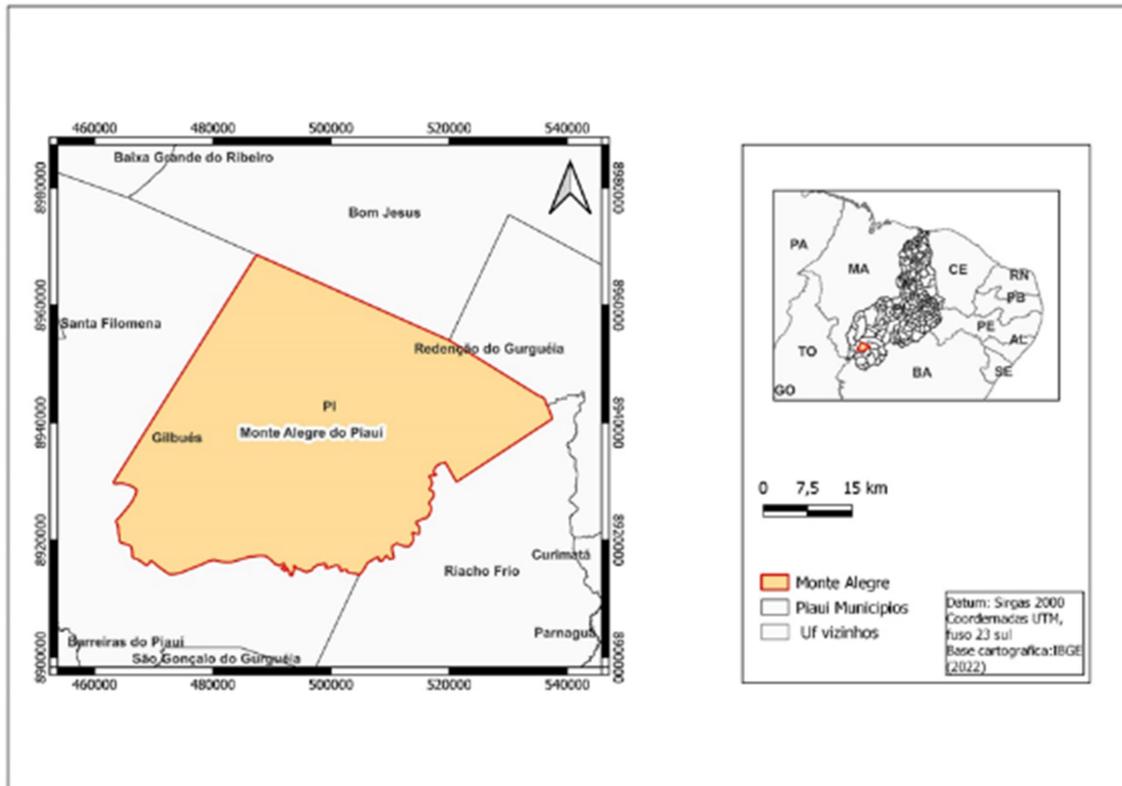
OBJETIVO GERAL

O presente trabalho tem por objetivo fazer o diagnóstico da gestão urbana e saúde pública no município de Monte Alegre do Piauí.

MATERIAL E METÓDOS

Área de estudo

O presente trabalho foi realizado na cidade de Monte Alegre, Piauí, Brasil, cujo bioma predominante é Cerrado, com aproximadamente 10.660 habitantes (IBGE, 2022). Localiza-se a uma latitude 09°45'14" sul e a uma longitude 45°18'14" oeste, estando a uma altitude de 453 metros.



Mapa 1. Localização de Monte Alegre – PI. Fonte: Autores do Trabalho, 2022.

O município está localizado na microrregião de alto Médio Gurgueia, compreendendo uma área de 2.264 Km², tendo como limites os municípios de Bom Jesus, redenção do Gurgueia e Gilbués, a oeste com Gilbués e, a Leste com Riacho Frio e Redenção do Gurgueia (AGUIAR, 2004). A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 09° 45'14" de latitude sul e 45° 18'14" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 786 Km de Teresina (IBGE, 2022).

As condições climáticas do município de Monte Alegre do Piauí (com altitude da sede a 453 m acima do nível do mar), apresentam temperaturas mínimas de 24° C e máximas de 36° C, com clima quente e semiúmido. A precipitação pluviométrica média anual (registrada, na sede, 900 mm) É definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais em torno de 800 a 1200 mm e período chuvoso estendendo-se de novembro- dezembro a abril - maio. O trimestre mais úmido corresponde aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro (AGUIAR, 2004).

METODOLOGIA

Nas buscas de informações foi procurado inicialmente a secretaria de saúde, onde direcionou para a agente responsável pelos casos endêmicos da cidade, em que foi enviado a tabela pronta, para responder qual a relação potencial entre situação de exposição e as condições de saúde existentes.

Em campo foi realizado o levantamento de dados com o auxílio de uma outra tabela para verificar a presença da situação de oferta de serviços públicos presentes na cidade, e logo em seguida com o uso do software QGIS Desktop versão 3.22.7 foi confeccionado o mapa de localização da área de estudo.

Algumas outras informações foram encontradas com ajuda do Plano Municipal de Saneamento Básico de Monte Alegre-PI, que foi aprovado recentemente, assim também como fotografias já registradas.

RESULTADOS

Na realização de busca de dados com a secretaria de saúde da cidade de Monte Alegre do Piauí, identificou-se um número expressivo de pessoas com doenças acometidas por patógenos, houve um surto de dengue em 2021 como mostrado na tabela abaixo e outras doenças causadas por vírus como a COVID-19.

Tabela 1. Doenças contabilizadas na cidade de Monte Alegre do Piauí-PI no ano de 2021.
Fonte: Comitê Executivo de Monte Alegre do Piauí (2022).

DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	QUANTIDADE DE INTERNAÇÕES	QUANTIDADE DE ÓBITOS	ANO DE OCORRÊNCIA
Amebíase	260	0	2021
Dengue	125	0	2021
Diarreia e Gastroenterite origem infecciosa presumida	13	0	2021
Outras Helmintíases	200	0	2021
Outras doenças-COVID-19	1.259	19	ATÉ DEZEMBRO DE 2021
TOTAL	1.857	-----	-----

Pode ser observado nessa tabela doenças de veiculação hídrica, que são aquelas causadas por micro-organismos presente na água, como bactérias vírus e parasitas e outras que são transmitidas através de vetores como o aedes aegypti transmissor da dengue.

Segue abaixo na tabela 2 os resultados de verificação de presença da situação de oferta de serviços públicos presentes na cidade, e com suas respectivas observações feitas em campo.

Tabela 2. Oferta de serviços públicos. Fonte: Autores do Trabalho, 2022.

Oferta do serviço e/ou presença da situação				
Parâmetro	Sim	Não	Não consegue identificar	Observações
1 - Vazios Urbanos	x			
2 - Fornecimento de água em domicílio	x			
3 - Tratamento de água	x			Apesar de possuir, a população reclama muito da qualidade
4 - Coleta de resíduos sólidos	x			
5 - Atendimento básico de saúde	x			
6 - Condições dos elementos de drenagem urbana		x		Na cidade não possui nenhum sistema de drenagem



7 - Serviço de varrição pública	x			
8 - Sistema de tratamento de esgoto doméstico		x		Boa parte da população utiliza fossa séptica (solução individual)
9 - Conformidade com código florestal (APP)				
10 - Condições de pavimentação	x			Na maior parte da cidade possui pavimentação asfáltica, e a outra por pavimentação de pedra
11 - Arborização de espaços públicos	x			A praça pública existe uma arborização considerável, e a cidade possui canteiros centrais em algumas ruas
12 - Gerenciamento de serviços de saúde	X			
13 - Iluminação pública	x			
14 - Mobilidade urbana	x			
15 - Disposição final de resíduos sólidos		x		Lixão a céu aberto
16 - Política de zoneamento ambiental		x		Não é visto nenhum trabalho ou preocupação a respeito.
17 - Ações de educação ambiental no âmbito municipal		x		Não é notado essas ações
18 - órgão ambiental	x			
19 - Participação comunitária na tomada de decisões	x			
20 - Ocupações irregulares (áreas de risco)			x	

É constatado através de visitas à cidade que a mesma possui vazios urbanos e algumas casas abandonadas, a coleta do lixo é feita 3 dias da semana as 9h da manhã, existe residências de famílias que não possui foça, seja ela séptica ou negra ou pelo menos um banheiro para suas necessidades básicas com cerca 75,4% possui banheiro e 24,6% não possui banheiro conforme figura 1 abaixo:

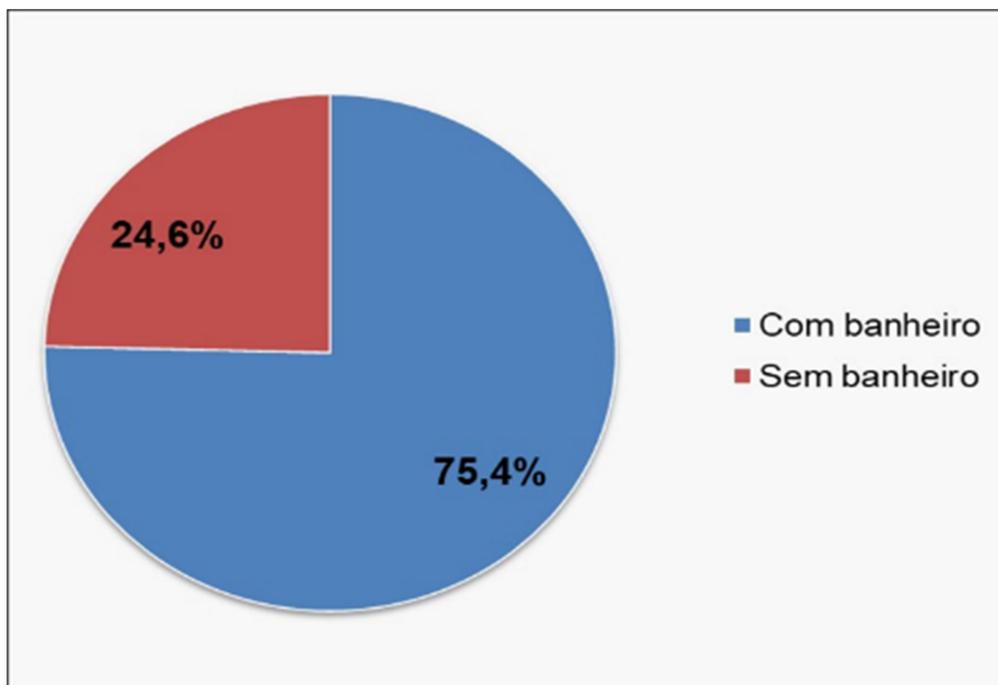


Figura 1: Proporção de moradores com banheiro ou sanitário de uso exclusivo.

Fonte: Comitê Executivo de Monte Alegre do Piauí, 2022.

A destinação final dos resíduos é feita em lixão a céu aberto ficando pouco mais de 7km do perímetro urbano. Situações que deixam os montes alegrens susceptível a doenças por falta de saneamento básico adequado. Quanto a gestão de esgotamento sanitário foi coletada os seguintes números como apresentados pela figura 2:

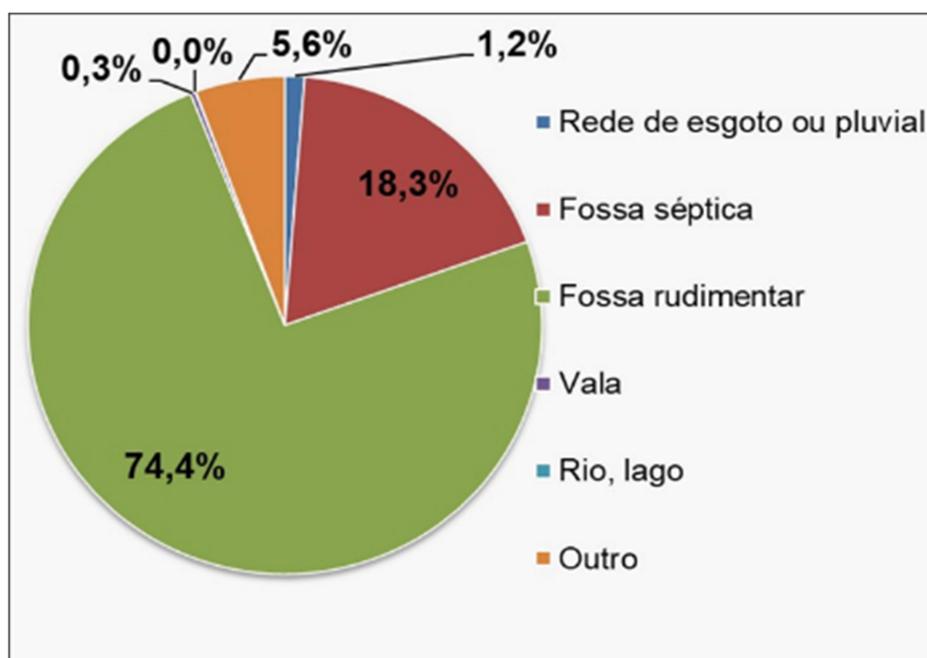


Figura 2: Proporção de moradores por tipo de esgotamento sanitário.

Fonte: Comitê Executivo de Monte Alegre do Piauí, 2022.

Pelos números apresentados pela figura 2, cerca de 74,4% das casas ainda possuem fossa rudimentar, 18,3% possui fossa séptica, 1,2% tem rede de esgoto ou rede pluvial, 0,3% ainda usam valas, 0,0 rio ou lago e 5,6% outros.

As figuras abaixo mostram a situação do esgoto nas vias e ruas da cidade:



Figura 3 (A e B). Lançamento do esgoto na rua treze de maio.
Fonte: Autores do Trabalho, 2022.

A cena apresentada nas figuras A e B ilustra o despejo de esgoto a céu aberto, originado das residências da região, que acaba encontrando seu caminho até um terreno baldio. Nesse terreno, a água contaminada se acumula, formando poças no terreno. Essa situação representa não apenas um risco à saúde pública, mas também uma ameaça ao meio ambiente local, exigindo ação imediata para mitigar os impactos negativos dessa prática inadequada de descarte de esgoto.



Figura 4 (C e D). Lançamento do esgoto na baixada.
Fonte: Autores do Trabalho, 2022.

Essa preocupante situação, evidenciada nas figuras C e D, revela que o esgoto provindo de casas e bares localizados nas proximidades da baixada é conduzido para uma gruta, onde, lamentavelmente, entra em contato com um riacho. Esse contato resulta na contaminação e na poluição desse corpo hídrico, gerando impactos significativos no ambiente e na qualidade da água.

CONCLUSÕES

Com base nas análises e informações coletadas, verificou-se que a ausência de notificação de doenças e sintomas por parte da população dificulta a identificação e o monitoramento precoces de casos de saúde preocupantes. Essa falta de notificação impede uma resposta rápida e eficaz do sistema de saúde, retardando a adoção de medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento adequados.

Além disso, observou-se que a prática generalizada da automedicação pode agravar ainda mais a situação. A automedicação, sem a orientação adequada de profissionais de saúde, pode levar a consequências graves, como o uso inadequado de medicamentos, interações medicamentosas prejudiciais e o atraso no diagnóstico de doenças subjacentes. Essa prática também pode mascarar sintomas e dificultar o tratamento correto das doenças.

Diante disso, é fundamental promover a conscientização e a educação da população sobre a importância da notificação de doenças e sintomas às autoridades de saúde competentes. É necessário enfatizar a necessidade de buscar atendimento médico adequado e de seguir as orientações dos profissionais de saúde. Em suma, é preciso investir em estratégias de comunicação eficazes para incentivar a população a buscar atendimento médico quando necessário, esclarecendo os riscos associados à automedicação e promovendo a importância do uso correto de medicamentos.

É de suma importância a adoção de medidas mitigadoras no que diz respeito ao direcionamento correto de efluentes vindos dos domicílios, adotando sistemas de coleta de esgotos, dando assim uma disposição e depósito adequado desses resíduos que ao contato inadequado das pessoas e principalmente de crianças que são as mais afetadas por doenças advindas por veiculação hídrica. Para fins de evitar doenças por falta de saneamento adequado usando medidas educacionais para a população como também a assistência municipal para a estrutura dos bairros ruas e da cidade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COSTA, M. C. L.: Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004.
2. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO PIAUÍ Monte Alegre do Piauí. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/16163/1/Rel_MonteAlegredoPiaui.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.
3. IBGE – instituto brasileiro de geografia e estatística. Censo Brasileiro de 2022. rio de janeiro: IBGE, 2012.
4. Monte-Mór, R. L. (2006). As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. Em C. C. Diniz & M. Crocco (eds.), Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes (pp. 61-85). Belo Horizonte: ufmg.
5. Souza, E. M. de ., & Grundy, E. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. Cadernos De Saúde Pública[internet], 20(5), 1354–1360.(2004).